

Advogado pede condenação de Raul Seixas por morte de “príncipe”

Um advogado e músico acionou a Justiça paranaense para pedir a condenação do falecido cantor e multi-instrumentista Raul Seixas pelo homicídio qualificado do descendente da família real Pedro Luís de Orléans e Bragança, vítima de um acidente aéreo em 2009.

Divulgação



Raul Seixas morreu em 1989; advogado pede citação espiritual pela maçonaria

Na petição, enviada à Vara Criminal de Marechal Cândido Rondon (PR) na última sexta-feira (2/9), o advogado pede que a maçonaria promova a citação de Raul no "plano espiritual correspondente".

O autor se diz descendente de um barão, engenheiro alemão de família nobre que morou no Brasil no século XIX. Ele conta que fez sua inscrição profissional como músico baterista em 2002 e recebeu o número 1989.

Raul Seixas morreu em 1989. Pouco antes, naquele mesmo ano, o cantor fez um show em Ponta Grossa (PR), local de nascimento do autor. Segundo o advogado, existem duas fotos originais desta apresentação e uma delas é sua.

Em seguida, o autor lembra que, em 2009 um avião da companhia francesa Air France, com destino a Paris (voo 447), caiu no oceano Atlântico e deixou mais de 200 vítimas. Dentre elas estava o brasileiro Pedro Luís, descendente de Dom Pedro II.

"Não tenho a menor dúvida que foi o Raul Seixas que matou o príncipe", diz a petição. O advogado alega que chegou a essa conclusão porque é conselheiro, secretário e membro da diretoria da Ordem dos Músicos do Paraná.

A ação foi ajuizada em Marechal Cândido Rondon porque Raul Seixas se apresentou na cidade em 1976. De acordo com o autor, a jurisdição poderia ser qualquer cidade em que o músico já tenha feito algum show.

Advogado do rock



A petição inicial ainda informa que o autor foi premiado com o título de "dinossauro do rock", por completar 25 anos de atividades ininterruptas de rock.

O advogado explica que, no rock, existe a parceria colaborativa: a banda cede sua denominação para alguém, que pode usá-la e ficar com o lucro. Por isso, pede que o juiz "supra a assinatura" da banda Rush e lhe conceda a parceria colaborativa, para que ele possa produzir e vender os produtos, "cessando assim os efeitos espirituais sobre os pilotos de aviões".

O autor também solicita vistas ao Ministério Público para que se manifeste, "de preferência favoravelmente ao requerimentos".

Esta não é a primeira vez que o advogado em questão elabora um pedido inesperado. No último ano, ele [notificou](#) o conglomerado de mídia Warner Bros. e o clube Flamengo para oferecer fotos de sua propriedade, na qual veste um uniforme do time carioca e um tênis do personagem Superman.

Processo 0005008-23.2022.8.16.0112

Meta Fields